



EDUCAÇÃO E TRABALHO NA PERSPECTIVA DA UNESCO E DA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA

Eliana Cláudia Navarro Koepsel¹

RESUMO

A pesquisa focaliza a relação estabelecida entre educação e trabalho em documentos elaborados e divulgados no âmbito da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO) e em documentos representativos de política educacional no Brasil na transição do século XX para o XXI. O objetivo é apreender e analisar os principais elementos que subsidiam o estabelecimento da relação entre educação e trabalho nos referidos documentos, visando evidenciar repercussões da política internacional para a educação básica na correspondente política nacional a partir de 1990. A abordagem do objeto em estudo articula-se com o contexto histórico em presença, no qual, à educação, em especial à educação básica; atribui-se um papel decisivo para o crescimento econômico, a redução da pobreza e a superação das desigualdades entre os países. Conclui que a centralidade da defesa da educação, como meio por excelência para resolver o atraso, a pobreza, a degradação do meio ambiente, entre outros, deriva do limite teórico que marca a luta presente e enfática à preparação para o trabalho, compreendida como direito do homem e dever da escola. Portanto, as categorias da totalidade e da contradição são negadas como categorias de análise quando predominam as teses pela defesa elogiosa do particular, do fragmentário, do microscópico, da subjetividade e da irracionalidade.

Palavras-chave: Educação; trabalho; UNESCO; política educacional brasileira.

INTRODUÇÃO

Este texto procede dos estudos realizados pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Gestão da Educação na América Latina e Caribe, organizado de forma institucional entre as pesquisadoras da Universidade Estadual de Maringá, Universidade Estadual de Londrina e a Faculdade de Filosofia e Educação de Paranavaí. Como sugere o título, no presente texto, procuramos articular alguns elementos que subsidiam a relação instituída entre trabalho e educação em

¹ Professora Assistente da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Pesquisadora do PGEALC. E-mail: ecnkoepsel@uem.br





Educação e trabalho ... - Eliana Cláudia Navarro Koepsel

documentos oficiais e oficiosos, publicados em suporte de papel ou eletrônico da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO)² e do Ministério da Educação e Cultura (MEC), que auxiliem na compreensão de processos de produção de diretrizes políticas para a educação, especificamente os presentes em documentos a partir dos anos 1990.

Tivemos que exercitar o "desapego" para a elaboração do presente texto, visto que, nele, não poderíamos abordar todos os documentos que a pesquisa alcançou. Não consideramos isso uma perda, visto que os documentos são repetitivos. Assim, selecionamos três documentos representativos da UNESCO e dois do MEC.

Da UNESCO, os textos: *Educação para o século XXI: educação um tesouro a descobrir*, de 1996, *Educação profissional: desafios e perspectivas* e, por fim, *Desemprego, tempo livre e lazer: a necessidade de uma nova ética*. O primeiro texto, conhecido como Relatório Jacques Delors, exerceu forte influência sobre as políticas educacionais públicas em âmbito mundial, os dois últimos são de uma publicação *Cadernos da UNESCO Brasil, série educação*, intitulado *Educação, trabalho e desemprego: novos tempos, novas perspectivas*, que reuniu três conferências proferidas, em eventos nas áreas de educação e trabalho no ano de 1998, por Jorge Werthein, representante da UNESCO no Brasil e coordenador do Programa UNESCO/MERCOSUL. Do Ministério da Educação, são fontes: o Plano Nacional de Educação, Lei n. 10.172/2001, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n. 9394/96.

A problemática desta pesquisa se atém à funcionalidade atribuída à educação básica em sua relação com o trabalho na perspectiva da UNESCO e da política educativa nacional, no contexto da crise estrutural do capital, que se tornou mais evidente a partir de 1970. Entende-se por funcionalidade a atribuição de um papel e de funções social, política e ideológica para a educação em sua relação com o trabalho no referido contexto.

Para dar conta do pretendido, inicialmente, discutimos a influência da UNESCO na definição de políticas educacionais. Na

² A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) foi criada em 16 de novembro de 1945. Desde a sua criação, atua nos âmbitos da Educação, das Ciências Naturais e Exatas, das Ciências Humanas e Sociais, da Cultura, da Comunicação e da Informação. A agência desempenha um papel no sistema das Nações Unidas e trabalha estreitamente com uma ampla gama de organizações regionais e nacionais. O objetivo proclamado da UNESCO é a construção da paz na mente dos homens mediante a educação, a cultura, a ciência e a comunicação (UNESCO, 2008).





sequência, nosso foco volta-se à compreensão conceitual dos termos trabalho e educação, cuja análise aponta para elementos em disputa teórica. Sem rodeios, vamos às fontes (documentos orientadores produzidos, publicados ou divulgados pela UNESCO e em documentos representativos de política educacional no Brasil a partir dos anos 1990) e, por fim, tecemos algumas considerações finais.

1 UNESCO: INFLUÊNCIA INTERNACIONAL NO SETOR EDUCACIONAL

A influência internacional no setor educacional, mais significativa do ponto de vista político, deu-se a partir de 1961. A Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) já cooperava com o Ministério da Educação desde a década de 1960, por meio da gerência de fundos do governo norte-americano destinados à cooperação técnica na área econômica e social (FONSECA, 2004). Porém, foi nos anos de 1990 que a influência internacional adquiriu proporções extraordinárias, uma vasta documentação internacional, derivada de importantes agências internacionais – por meio de diagnósticos, análises e propostas –, ofereceu um conjunto de ideias consensuais em torno do qual deveria ser a função da educação. O marco da articulação da UNESCO de uma agenda política que elegeu a educação básica como pauta principal foi a Conferência Mundial sobre Educação Para Todos, realizada em Jomtien, em 1990, que teve como resultado a *Declaração Mundial sobre Educação para Todos* e o *Marco de Ação para a Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem*, assinada por 155 países, incluindo o Brasil, que se comprometeram em assegurar a educação básica de qualidade às crianças, jovens e adultos (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2002, p. 57).

A UNESCO, enquanto agência das Nações Unidas especializada no campo da educação³, entendia e entende que a proximidade com

³ Quanto à educação, os temas principais desenvolvidos são: direito à educação; políticas e planos de educação; primeira infância e família; educação primária; educação secundária; ensino superior; educação técnica e profissional; educação científica e técnica; formação docente; educação não formal; educação inclusiva; diversidade cultural e linguística na educação; educação e novas tecnologias; educação em situação de emergência, crises e reconstrução; educação física e esporte; direitos humanos, democracia, paz e educação para a não violência. Sua principal diretriz nos anos 1990 foi a Educação para Todos (UNESCO, 2008). Atua por meio de acompanhamento técnico, estabelece parâmetros e





Educação e trabalho ... - *Eliana Cláudia Navarro Koepsel*

os ministérios de Educação dos 193 países aliados a colocava em uma posição estratégica para promover iniciativas educativas. Assumiu, a partir de então, uma posição de liderança intelectual para impulsionar inovações e reformas educativas (UNESCO, 2008b).

Entendemos que é importante analisar as recomendações e diretrizes emanadas de documentos e relatórios elaborados, divulgados no âmbito da UNESCO, os quais, repetidas vezes, têm atribuído à educação um papel decisivo na luta contra a pobreza, a favor do crescimento econômico e na superação da desigualdade social no país e entre os demais. Os textos elaborados por agências internacionais a partir dos anos 1990 passaram a apresentar a educação e o conhecimento como eixos centrais para o progresso técnico e a equidade social. Este pensamento foi uma atualização da estratégia de desenvolvimento para os países latino-americanos, tratava-se da adequação dos caminhos para a inserção desses países no mercado mundial.

Nesse contexto, o Consenso de Washington teve o papel de orientar o processo de adequação dos países periféricos às exigências do capital internacional, recomendando disciplina fiscal, priorização nos gastos do setor público, ampla reforma tributária, liberalização comercial e financeira, além da privatização de empresas estatais e desregulamentação na legislação trabalhista.

É por isso que entendemos que as mudanças na política educacional nos idos de 1990 devem ser analisadas como parte da materialidade de um movimento maior de mudanças que vem ocorrendo na esfera da produção, do mercado e do próprio Estado. São processos distintos, mas que fazem parte do mesmo movimento histórico, no qual a reestruturação capitalista é a resposta do capital à sua crise de rentabilidade.

2 TRABALHO E EDUCAÇÃO: ELEMENTOS DE UMA DISPUTA TEÓRICA

“A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”

normas, cria projetos e age como catalisadora de propostas e disseminadora de soluções para os desafios encontrados.





(BRASIL, 2009). Entendemos a educação como ato pertinente à sociedade humana, tendo sua origem no processo de trabalho. Nasce em íntima relação com o trabalho, como uma necessidade para a reprodução social (SAVIANI, 2006).

O trabalho é por nós entendido como um processo histórico que determina o ser social. Por meio de um longo processo histórico, desenvolveu-se um ser qualitativamente distinto, o homem, um ser que se fez humano pelo trabalho, entendendo este último como produção social. Marx e Engels (1998, p. xxiv), em uma de suas obras: *A ideologia alemã*, explicaram que o primeiro ato que distingue o homem dos outros animais, "é que produzem seus meios de vida".

Os autores do chamado marxismo defenderam que o homem se produz como tal não de acordo com sua pura vontade, mas sempre levando em conta as condições históricas objetivadas, ou seja, como um ser histórico: "os indivíduos humanos são tais como manifestam sua vida". E mais: "O que são coincide com sua produção, tanto com o que produzem, tanto com o modo como produzem" (MARX; ENGELS, 1998, p. xxiv). Ensinarão, portanto, que o homem não é um ser aprioristicamente dado, mas um ser que se faz produzindo sua existência a partir da materialidade social, historicamente estabelecida.

Assim, o trabalho como produção social, como fundamento objetivo da relação entre os homens não deve ser compreendido apenas como processo produtor de valor de uso, e sim historicamente, no seu movimento de transformação.

Nos textos aqui analisados, o trabalho aparece explicado como trabalho concreto, ou seja, como forma absoluta de vida no sentido de desenvolvimento de tarefas que visariam cumprir determinadas necessidades do mundo dos homens, todavia, assim procedido, o próprio trabalho fica impossibilitado de ser compreendido como necessidade histórica, o que limita, inclusive, no material analisado, a compreensão de sua transformação no processo de produção da sociedade capitalista. A educação, em sua relação com o trabalho, manifesta-se, de uma forma geral, subordinada a essa compreensão do trabalho.

A relação entre trabalho e educação quando invertida em educação e trabalho, longe de se tratar de uma simples e inocente troca da posição dos termos, expressa:





Educação e trabalho ... - *Eliana Cláudia Navarro Koepsel*

[...] uma perspectiva histórica, política e ideológica, que traduz uma visão operacional e instrumental da educação. Decorre desta, a noção, bastante difundida, de que a educação pode fomentar a capacidade produtiva dos indivíduos, pode ser a potenciadora de capital humano, a propiciadora do ingresso no mercado de trabalho e, em decorrência, sua função primeira seria o atendimento às flexíveis demandas do mercado laboral (NOMA; KOEPEL; CHILANTE, 2010, p. 66).

A formação para o trabalho passa a ser entendida como meio de equacionar problemas graves, como, por exemplo, o desemprego. Sob esta concepção, não falta trabalho, mas pessoas com comportamento adequado às novas formas de trabalho. Visto assim, o desemprego, a pobreza, a violência e a degradação do meio ambiente deixam de significar consequências dos mecanismos impessoais, complexos, estruturais da economia e se transformam numa carência de indivíduos (NETTO, 2007, p. 52).

Chesnais (1996, p. 305) esclarece que mecanismos impessoais e estruturais da economia mundializada explicam o desemprego ao afirmar que a destruição dos postos de trabalho não só é muito superior à criação de novos empregos, como o fato não pode ser resultado unicamente da tecnologia, igualmente responde “[...] da mobilidade de ação quase total que o capital industrial recuperou, para investir à vontade, ‘em casa’ ou no estrangeiro, bem como da liberalização do comércio internacional”. Os novos proprietários do capital⁴, mesmo recuperando a rentabilidade, sofrem pressão para enxugar custos, “eliminar gorduras de pessoal” e automatizar em velocidade máxima.

Chesnais (1996) lembra que a exclusão é parte do processo de desenvolvimento capitalista. Na mesma proporção em que isso se explicita, o tema da administração da pobreza se intensifica. Durante vários anos, elucida este autor, prevaleceu uma ideia de que o desenvolvimento capitalista poderia ser generalizado para todos os países e regiões do planeta. Todos poderiam, a partir de etapas galgadas, alcançá-lo. Contudo, o mesmo autor nota que o salto de produtividade do trabalho na indústria, possibilitado pelo estabelecimento de novas formas toyotistas de organização da produção industrial e da intensificação da concorrência entre

⁴ Fundos de investimentos, fundos de pensão, companhias de seguro.





Educação e trabalho ... - *Eliana Cláudia Navarro Koepsel*

companhias, fez com que os países da tríade – Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão – passassem a se interessar unicamente por relações seletivas que abrangessem apenas um número limitado de países do terceiro mundo.

Assim, certos países poderiam ser requeridos como fontes de matérias-primas pelo capital comercial, concentrado com base na terceirização deslocalizada a custos salariais muito baixos e, ainda, uns poucos países, sobretudo, devido a seu mercado interno potencial. Fora isso, observa Chesnais (1996, p. 313) que os mercados não precisam de concorrentes: “[...] as Companhias da Tríade precisam de mercado e, sobretudo, não precisam de concorrentes industriais de primeira linha: já lhes bastam a Coréia e Taiwan!”.

Nesse raciocínio, é possível perceber quais os condicionantes estruturais que causam a pobreza e que as soluções aos problemas gerados pelo capitalismo moderno não podem ser buscadas no indivíduo, desvinculadas da economia. Nesse sentido, o primado não poderia estar na educação e sim no trabalho. A inversão de termos tem a pretensão de marcar que a solução dos problemas atuais (desemprego, pobreza, violência, degradação ambiental) dependeria, primordialmente, da ampliação dos serviços educacionais, por sua aptidão de atualizar o indivíduo às novas demandas do trabalho.

3 TRABALHO E EDUCAÇÃO NOS DOCUMENTOS INTERNACIONAIS

Nesta seção, focalizamos a relação entre trabalho e educação em três documentos elaborados e divulgados no âmbito da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO) na transição do século XX para o XXI, conforme já explicitado na introdução do presente artigo. Em tais documentos, evidencia-se a importância da Educação para o desenvolvimento dos países periféricos e recomenda-se uma reforma do sistema educacional no contexto de um modelo de Estado mais eficiente para alcançar tal desenvolvimento.

3.1 Educação para o século XXI: educação um tesouro a descobrir

A elaboração do Relatório *Educação para o século XXI: educação um tesouro a descobrir* foi de responsabilidade de uma Comissão, composta por 14 membros de várias regiões do mundo,





Educação e trabalho ... - *Eliana Cláudia Navarro Koepsel*

presidida pelo francês Jacques Delors. Com apoio financeiro e vasto material de consulta e pesquisa da UNESCO, a Comissão elaborou um documento final entendido como um programa de renovação e ação destinado aos responsáveis por tomar decisões relativas à educação em diversos países.

Na apresentação da edição brasileira, a importância do texto é explicada em função de ser fruto da contribuição de especialistas de todo o mundo, o que o tornaria “[...] imprescindível diante do processo de globalização das relações econômicas e culturais que estamos vivendo” (DELORS, 1999, p. 9). Ainda na apresentação, lembra que o cenário mundial – uma arena global “difícil de apreender e ainda mais difícil de prever” – não só ampliou o papel da educação, como impôs que se buscasse um enfoque global para os problemas. O ministro da educação brasileira, ao finalizar a apresentação da edição, reforça que o Relatório contribuirá para aquilo que tem se empenhado o Ministério da Educação: “repensar a educação brasileira”.

No prefácio do Relatório intitulado *A Educação ou a utopia necessária*, assevera-se que diante dos “[...] múltiplos desafios do futuro a educação surge como um trunfo indispensável à humanidade na sua construção dos ideais da paz, da liberdade e da justiça social” (DELORS, 1999, p. 11). Também, mais à frente, afirma “[...] o papel essencial da educação no desenvolvimento contínuo, tanto das pessoas como das sociedades”. A educação é considerada como uma via ao desenvolvimento humano, adjetivado como “[...] mais harmonioso, mais autêntico, de modo a fazer recuar a pobreza, a exclusão social, as incompreensões, as opressões, as guerras [...]” (DELORS, 1999, p. 11).

O desenvolvimento, no Relatório, é referido a um aspecto mais amplo que apenas crescimento econômico, reconhece que avanços foram alcançados, como os progressos tecnológicos, o aumento da produtividade, a melhoria nos modos de vida e o estilo de consumo.

A riqueza mundial cresceu consideravelmente a partir de 1950 sob os efeitos conjugados da segunda revolução industrial, do aumento da produtividade e do progresso tecnológico. O produto interno bruto mundial passou de quatro trilhões para vinte e três trilhões de dólares e o rendimento médio por habitante mais do que triplicou





Educação e trabalho ... - *Eliana Cláudia Navarro Koepsel*

durante este período. O progresso técnico difundiu-se muito rapidamente: para citar apenas um exemplo, recorde-se que a informática conheceu mais do que quatro fases sucessivas de desenvolvimento no espaço de uma vida humana, e que, em 1993, as vendas mundiais de terminais informáticos ultrapassaram doze milhões de unidades. Os modos de vida e os estilos de consumo sofreram profundas transformações e o projeto de uma melhoria do bem-estar da humanidade pela modernização da economia começou a ganhar forma de modo quase universal (DELORS, 1999, p. 69-70).

Acrescenta que o desenvolvimento baseado apenas no crescimento econômico, embora significativo, não foi igual para todos. Estima que três quartos da população mundial viva em países em desenvolvimento e se beneficie de apenas 16% da riqueza mundial. Acrescenta:

Mais grave ainda, de acordo com estudos da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (CNUCED), o rendimento médio dos países menos avançados, que englobam ao todo 560 milhões de habitantes, está atualmente baixando. Seria por habitante 300 dólares por ano, contra 906 dólares nos outros países em desenvolvimento e 21598 dólares nos países industrializados. (DELORS, 1999, p. 70).

A explicação da desigualdade aparece nesse Relatório justificada por uma anormalidade dos mercados, pela desigualdade do sistema político mundial e pelo tipo de exigência do desenvolvimento atual, que agrega mais valor “à massa cinzenta e à inovação” (DELORS, 1999, p. 70).

Assim, considerando que a qualidade da intervenção humana tem sido reforçada como requisito para o uso de novas tecnologias e com comportamento “inovador”, esse Relatório reafirma que os sistemas educacionais devem dar respostas a essa necessidade.

A relação entre o ritmo do progresso técnico e a qualidade da intervenção humana torna-se, então, cada vez mais evidente, assim como a necessidade de formar agentes





Educação e trabalho ... - *Eliana Cláudia Navarro Koepsel*

econômicos aptos a utilizar as novas tecnologias e que revelem um comportamento inovador. Requerem-se novas aptidões e os sistemas educativos devem dar resposta a esta necessidade, não só assegurando os anos de escolarização ou de formação profissional estritamente necessários, mas formando cientistas, inovadores e quadros técnicos de alto nível. (DELORS, 1999, p. 71).

Persiste, aqui, a ideia de ajustamento como condição de desenvolvimento ao recomendar que os sistemas educativos não formem mão de obra para empregos industriais estáveis. De preferência, formem “[...] pessoas capazes de evoluir, de se adaptar a um mundo em rápida mudança e capazes de dominar essas transformações” (DELORS, 1999, p. 72).

Nas considerações postas em torno das “missões que cabem à educação, a serviço do desenvolvimento”, o Relatório informa como responder a isso. Entre as recomendações, esclarece que é preciso organizar sistemas mais flexíveis:

[...] a Comissão pensa que sistemas mais flexíveis, com maior diversidade de cursos, e com possibilidade de transferências entre diversas categorias de ensino ou, então, entre a experiência profissional e o retomar da formação, constituem respostas válidas às questões postas pela inadequação entre a oferta e a procura de emprego. Tais sistemas levariam, também, a redução do insucesso escolar que, e todos devem estar conscientes disso, causa enorme desperdício de recursos humanos (DELORS, 1999, p. 17).

A formação, como descrito acima, insere-se na justificativa da educação ao longo de toda a vida. Este conceito é citado “como uma das chaves de acesso ao século XXI” (DELORS, 1999, p. 19). Ajudar o indivíduo a “[...] desempenhar o papel que lhe cabe enquanto trabalhador e cidadão” (p. 18).

3.2 Educação profissional: desafios e perspectivas

Conforme já nos referimos, o texto *Educação profissional: desafios e perspectivas* é uma publicação dos Cadernos da UNESCO





Educação e trabalho ... - *Eliana Cláudia Navarro Koepsel*

Brasil, série educação, intitulada *Educação, trabalho e desemprego: novos tempos, novas perspectivas*, que reuniu conferências proferidas, em eventos nas áreas de educação e trabalho no ano de 1998, por Jorge Werthein, representante da UNESCO no Brasil e coordenador do Programa UNESCO/MERCOSUL.

Nele, ao abordar as questões sobre educação profissional no contexto mundializado, alerta para a necessidade de engendrar considerações de ordem mais geral sobre o significado das transformações atuais. Assinala que elas operam em ritmo acelerado e com características imprevisíveis. Cita o Relatório Delors para reafirmar que a globalização trouxe outro dinamismo ao mundo ao estabelecer a competitividade como regra para participar no desenvolvimento das relações econômicas mundiais. Ratifica que esse processo tornou mais transparentes os que perdem e os que ganham, sendo que os "[...] países periféricos, via de regra, permanecem à margem desse processo concentrador de ciência e tecnologia" (WERTHEIN, 1999, p. 11). Tais mudanças, argumenta o representante da UNESCO no Brasil, atingem a estrutura social em sua totalidade e geram incertezas.

O aumento do desemprego e da violência, o progressivo endividamento e a redução de autonomia das nações, o crescente efeito da globalização sobre o Estado-Nação, entre outros fatores, ajudam a espalhar um sentimento geral de vulnerabilidade entre as pessoas e as instituições (WERTHEIN, 1999, p. 11).

Entende Wertheim (1999, p. 11) que essa vulnerabilidade trouxe consequências para "[...] a educação, em geral, e da educação profissional, de modo mais específico". A educação aparece aqui subordinada ao processo de trabalho, caracterizado como mais competitivo e em constante mutação e mais exigente quanto à qualidade. Como decorrência do exposto, Werthein (1999, p. 12) sinaliza que "a participação dos empresários destaca-se e impõe-se como condição fundamental para o êxito da política educacional".

Segundo Werthein (1999), o trabalhador exigido deve ser polivalente, criativo atento às diversas dimensões e saiba trabalhar em equipe. Ante essas novas demandas, defende que a melhoria da escolarização da população trabalhadora é uma necessidade e





Educação e trabalho ... - *Eliana Cláudia Navarro Koepsel*

reconhece que a fase atual do processo de trabalho deixa muitos desempregados ou vulneráveis ao desemprego.

Argumenta o mesmo autor que o desemprego se constitui num grande desafio e que não existe consenso sobre como solucioná-lo. Menciona que abordagens diferentes têm apontado para caminhos diversos: a abordagem neoclássica enfatiza “[...] a necessidade de redução de salários, de elevação de custo de capital e de redução da rigidez do mercado de trabalho”; a abordagem estruturalista, por sua vez,

[...] sublinhará a necessidade de educação e treinamento, voltados para as qualificações exigidas, a pesquisa de tecnologias apropriadas, a mudança de atitudes para com o trabalho e a criação de tipos corretos de instituições de créditos, informação e tecnologia (WERTHEIN, 1999, p. 14).

Já a abordagem keynesiana, prossegue Werthein (1999, p. 14), “[...] enfatizará a necessidade de expandir a demanda e a oferta de fatores que contribuam para o emprego da mão-de-obra”. Para ele, a combinação das abordagens poderá ser necessária a alguns países, e essa afirmação é corroborada com uma referência ao Relatório Cuéllar de 1997:

[...] a política educacional precisa atender às demandas da globalização econômica, por outro, não pode deixar de considerar os inúmeros movimentos sociais pela cidadania. A conciliação desses dois paradigmas – dar respostas ao mercado e dar respostas ao “aprender a ser” das pessoas – representa um desafio sem precedentes, mas, ao mesmo tempo, indispensável à nova institucionalidade da educação profissional (WERTHEIN, 1999, p. 15).

Este parece ser o ponto central do problema: dar resposta ao mercado e manter a coesão social.

3.3 Desemprego, tempo livre e lazer: a necessidade de uma nova ética

O segundo texto de Werthein, representante da UNESCO no Brasil e coordenador do Programa UNESCO/MERCOSUL, propõe





Educação e trabalho ... - *Eliana Cláudia Navarro Koepsel*

uma mudança no sistema educacional como meio de garantir a governabilidade.

Ao apresentar os dados do desemprego mundial, ele se mostra preocupado com a integração social quando esta deixa de ser garantida pelo trabalho. Questiona: quando “a incorporação ao trabalho deixa de ser universal e se converte em patrimônio de uns poucos” (WERTHEIN, 1999, p. 24) e o trabalho deixa de garantir a coesão, o que colocar no lugar?

Werthein (1999, p. 25) apresenta uma pesquisa realizada entre jovens americanos, alemães, japoneses e franceses sobre os valores do tempo presente. O resultado da investigação apontou “[...] que, para três quartos deles, o trabalho não constitui um valor”. Lembra Werthein (1999) que a indagação foi realizada em países ricos, sendo que os pobres ainda sonham com a possibilidade de integração pelo trabalho. Werthein (1999, p. 29) conclui afirmando:

[...] que será a partir de um novo quadro ético regulador das relações internacionais que se tornará possível a construção da dignidade perdida. Só assim será possível imaginar cenários de progressiva inclusão que acenem para a substituição do vazio de perspectiva para a perspectiva de solidariedade e justiça compartilhadas.

Com foco nos problemas e não na origem deles, o impedimento à desordem, nesses discursos, se constitui na ética, na cultura pela paz e na solidariedade, valores esses a serem somados às diversas possibilidades de preparação para um trabalho marcado por constante mutação e incerteza. O pensamento que persiste aqui define o papel social da educação e a sua natureza.

4 O TRABALHO E A EDUCAÇÃO NOS DOCUMENTOS NACIONAIS

Na sequência, focalizamos a relação entre trabalho e educação no Plano Nacional de Educação e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

4.1 Lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB)

A nova lei da educação nacional nasceu num contexto de reorganização do capital e de redefinição do papel do Estado.





Educação e trabalho ... - *Eliana Cláudia Navarro Koepsel*

Configurou-se como o ponto de partida para a reforma da Educação.

A LDB, no primeiro artigo, parágrafo segundo, define que a educação escolar “deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social”. O artigo segundo, ao tratar dos princípios e fins da educação nacional, afirma que a educação “[...] tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 2009, Art. 2º).

Em relação à educação básica, a LDB fixa que ela “[...] tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (BRASIL, 2009, Art. 22).

Para o ensino médio, a LDB define como uma das finalidades “a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores” (BRASIL, 2009, Art. 35, inciso II).

Em 2008, a Lei nº 11.741 alterou dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96, redimensionou, institucionalizou e integrou as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica (BRASIL, 2009). De acordo com as novas determinações, a educação profissional deve estar integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia. Sabe-se que novos rumos do ensino médio têm sido explicados pela necessária e urgente atualização da educação em função da reordenação do trabalho na sociedade atual. É entendida como fator estratégico para o desenvolvimento socioeconômico nacional e redução das desigualdades sociais.

4.2 Plano nacional de educação (PNE)

O PNE, com duração de dez anos, estabeleceu entre os objetivos e prioridades “[...] a garantia de oportunidades de educação profissional complementar à educação básica, que conduza ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia” (BRASIL, 2001, p. 15).





Educação e trabalho ... - *Eliana Cláudia Navarro Koepsel*

Para o ensino médio – composto de segmento já inserido no mercado de trabalho, o PNE destaca que é preciso indivíduos “[...] que aspirem melhoria social e salarial e precisem dominar habilidades que permitem assimilar e utilizar, produtivamente, recursos tecnológicos novos e em acelerada transformação” (BRASIL, 2001, p. 48). Define como diretrizes enfrentar a dualidade entre orientações profissionalizantes ou acadêmicas, oferecer escola média de qualidade a toda a demanda. Deve oferecida uma educação que “[...] propicie aprendizagem de competências de caráter geral, forme pessoas mais aptas a assimilar mudanças, mais autônomas em suas escolhas, que respeitem as diferenças e superem a segmentação social” (BRASIL, 2001, p. 49).

A educação básica deve, de acordo com o PNE, preparar os jovens e adultos para os desafios da modernidade,

[...] permitir aquisição de competências relacionadas ao pleno exercício da cidadania e da inserção produtiva: auto-aprendizagem; percepção da dinâmica social e capacidade para nela intervir; compreensão dos processos produtivos; capacidade de observar, interpretar e tomar decisões; domínio de aptidões básicas de linguagens, comunicação, abstração; habilidades para incorporar valores éticos de solidariedade, cooperação e respeito às individualidades (BRASIL, 2001, p. 49).

O PNE afirma que existe um consenso nacional:

[...] a formação para o trabalho exige hoje níveis cada vez mais altos de educação básica, geral, não podendo esta ficar reduzida à aprendizagem de algumas habilidades técnicas, o que não impede o oferecimento de cursos de curta duração voltados para a adaptação do trabalhador às oportunidades do mercado de trabalho, associados à promoção de níveis crescentes de escolarização regular (BRASIL, 2001, p. 86).

Por fim, define que a educação profissional não pode ser entendida apenas como uma modalidade de ensino médio, “deve constituir educação continuada, que perpassa toda a vida do trabalhador” (BRASIL, 2001, p. 86).





Educação e trabalho ... - *Eliana Cláudia Navarro Koepsel*

O PNE estabelece que, em um mundo em transformação, a educação deva possibilitar ao sujeito assimilar mudanças. Para tanto, o traçado é a instituição de um sistema flexível, que possibilite aprendizagem de competências de caráter geral, forme pessoas mais aptas às mudanças, que respeitem as diferenças e superem a divisão social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em comum, os documentos internacionais analisados atribuem à educação o papel de instrumento de correção das desigualdades. Existe uma alegação de que a exclusão se explica por uma ausência de habilidades alcançáveis por meio da educação.

No conjunto do discurso, os textos apresentam os caminhos da reforma educacional para os anos 1990. Observa-se que a mudança institucional é apontada como prioridade, como meio de alcançar os objetivos propostos, como o de promover o desenvolvimento dos países.

Mesmo diante do reconhecimento do desemprego, da desigualdade e da exclusão nos documentos examinados, constatamos que o limite está no método de análise, que não questiona a totalidade da estrutura social. Na verdade, existe a percepção da crise, contudo, o problema está no entendimento de uma pseudoconcreticidade, que vê na transformação do indivíduo a possibilidade de resolver os problemas que são produtos das relações sociais da produção capitalista.

Tem-se corporificado um discurso em defesa da educação como condição fundamental de melhoramento do indivíduo e da sociedade. Um discurso da conjugação da educação básica com a preparação para o trabalho ao longo de toda a vida como condição essencial para o indivíduo adaptar-se às mudanças tecnológicas, de emprego e de trabalho. A relação entre trabalho e educação é embalada pela ideia de trabalho como condição de inclusão social e educação como meio dessa efetivação.

Permanece, nos documentos aqui analisados, um falseamento do movimento do real, por meio da homogeneização de um pensamento sobre a educação e a sociedade. Uma ocultação que se expressa, na observação de Cury (1985, p. 16), pela não captação das contradições que são "[...] expressas não só na exploração





Educação e trabalho ... - *Eliana Cláudia Navarro Koepsel*

do trabalho pelo capital, mas também na tentativa de direção axiológica, forma sob a qual os discursos pedagógicos dominantes tentam ocultar a luta de classes” por meio da naturalização da sociedade. A educação assim subordinada se impõe como condição de desenvolvimento a adaptação do indivíduo às novas formas de trabalho, colocando na ordem do privado aquilo que carrega uma função de ajuste, de regulação social.

O desenvolvimento das forças produtivas levou ao desemprego estrutural e, portanto, à dificuldade de se traduzir como trabalhador, de sobreviver da venda da força de trabalho. Não se trata de um ajustamento individual.

No plano da racionalidade, as categorias da totalidade e da contradição são negadas como categorias de análise quando predominam as teses pela defesa elogiosa do particular, do fragmentário, do microscópico, da subjetividade e da irracionalidade. Enfim, a centralidade da defesa do atraso recai ainda no indivíduo. Parece derivar deste limite teórico a luta presente e enfática à preparação para o trabalho, compreendida como direito do homem e dever da escola. Nesse raciocínio, ainda que se busque adaptação às recomendações internacionais à realidade brasileira e que, de fato, a ela se conforme, o limite teórico que marca as defesas da formação para o trabalho, nos textos internacionais, deita raízes também nos textos legais que discutimos: a LDB e o PNE.

ABSTRACT

This study focuses on the relationship established between education and work in documents prepared and disseminated in the context of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) and in representative documents of educational policies in Brazil during the transition from the twentieth to the twenty-first century. The goal is to understand and analyze the main elements that support the establishment of the relationship between education and work in those documents, aiming to highlight the impact of international policies for basic education on the corresponding national policy from 1990. The approach of the object under scrutiny is articulated with the current historical context, when a decisive role is assigned to education, particularly basic education, in promoting economical growth, poverty reduction and in overcoming inequalities among countries. It concludes that the centrality in defending education as a means par excellence to resolve backwardness, poverty, environmental degradation,





Educação e trabalho ... - *Eliana Cláudia Navarro Koepsel*

among others, derives from the theoretical boundary that marks the present and emphatic struggle to the preparation for work, understood as a human right and a school duty. Therefore, the categories of totality and contradiction are denied as categories of analysis when there is dominance of arguments for the laudatory defense of the particular, the fragmentary, the microscopic, and of subjectivity and irrationality.

Key words: education; work; UNESCO; Brazilian educational policy.

RESUMEN

La investigación focaliza la relación establecida entre educación y trabajo en documentos elaborados y difundidos en el ámbito de la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO) y en documentos representativos de política educacional en Brasil en la transición del siglo XX hacia el XXI. El objetivo es aprehender y analizar los principales elementos que subvencionan el establecimiento de la relación entre educación y trabajo en los referidos documentos, pretendiendo evidenciar repercusiones de la política internacional para la educación básica en la correspondiente política nacional a partir de 1990. Se articula el abordaje del objeto en estudio con el contexto histórico en presencia, en el cual, a la educación, en especial a la educación básica, se atribuye un papel decisivo para el crecimiento económico, la reducción de la pobreza y la superación de las desigualdades entre los países. Concluye que la centralidad de la defensa de la educación, como medio por excelencia para resolver el retraso, la pobreza, la degradación del medio ambiente, entre otros, deriva del límite teórico que marca la lucha presente y enfática a la preparación para el trabajo, comprendida como derecho del hombre y deber de la escuela. Por lo tanto, las categorías de la totalidad y de la contradicción son negadas como categorías de análisis cuando predominan las tesis por la defensa elogiosa de lo particular, de lo fragmentario, de lo microscópico, de la subjetividad y de la irracionalidad.

Palabras clave: educación; trabajo; UNESCO; política educacional brasileña.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Lei 10.172/01. *Plano Nacional de Educação*. Brasília, DF: Senado Federal, 2001.

_____. Ministério de Educação e Cultura. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. (Lei nº 9.394/96). Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm>. Acesso em: 15 out. 2009.





Educação e trabalho ... - *Eliana Cláudia Navarro Koepsel*

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo*. São Paulo: Autores Associados, 1985.

DELORS, Jacques. *Educação um tesouro a descobrir*. 4. ed. São Paulo: Brasília, DF: MEC; UNESCO, 1999.

FONSECA, Marília. A gestão da educação básica na ótica da cooperação internacional: um salto para o futuro ou para o passado? In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; FONSECA, Marília (Orgs.). *As dimensões do projeto político-pedagógico*. Campinas, SP: Papyrus, 2004. p. 13-44.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Introdução Jacob Gorender. Tradução Luís Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo monopolista e serviço social*. São Paulo: Cortez, 2007.

NOMA, Amélia Kimiko; KOEPESEL, Eliana Cláudia Navarro; CHILANTE, Edinéia Navarro. Trabalho e educação em documentos de políticas educacionais. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, SP, número especial, p. 65-82, ago. 2010.

SAVIANI, Dermeval. *A nova lei da educação: LDB trajetória, limites e perspectivas*. 10. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes; EVANGELISTA, Olinda. *Política educacional*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

UNESCO. Brasil. *Histórico*. Disponível em: <<http://www.UNESCO.org.br>>. Acesso em: 15 maio 2008.

UNESCO. Brasil. *Relatório de monitoramento de educação para todos Brasil 2008: educação para todos em 2015; alcançaremos a meta?* – Brasília, DF: UNESCO, 2008b.

WERTHEIN, Jorge. Educação, trabalho e desemprego: novos tempos, novas perspectivas. *Cadernos da UNESCO, Série Educação*, Brasília: UNESCO, v. 3, 1999.

Recebido em: novembro de 2011

Publicado em: maio de 2011

